

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1002868-26.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Espécies de Contratos</b>
Requerente:	<b>Adilson Floriano da Silva e outro</b>
Requerido:	<b>Selma Melo Marques</b>

**ADILSON FLORIANO DA SILVA E OUTRO** ajuizaram ação contra **SELMA MELO MARQUES E KARINA APARECIDA MALIMPENSA**, pedindo a decretação do despejo da primeira ré do imóvel situado na Rua Venezuela, nº 312, apto 13, Nova Instância, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos da locação, cujo pagamento também almeja a condenação, com as obrigações que se vencerem no curso do processo.

Os autores e a fiadora Karina Aparecida Malimpensa celebraram acordo quanto aos aluguéis e encargos locatícios vencidos até 25.02.2016. Por consequência, os locadores exoneram a fiadora da garantia fidejussória anteriormente prestada.

Houve a homologação do acordo celebrado, prosseguindo-se o processo com relação à locatária.

A ré foi citada e não contestou o pedido.

Manifestaram-se os autores.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas na petição inicial (art. 344 do Código de Processo Civil), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido. Ademais, tal relação está comprovada documentalmente.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto o despejo da ré do prédio

**1002868-26.2016.8.26.0566 - lauda 1**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária. Além disso, condeno-a ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação vencidos e daqueles que se vencerem até a efetiva desocupação do prédio, com correção monetária e juros moratórios, com exclusão da quantia já adimplida pela fiadora, bem como das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos dos autores fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 04 de abril de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**